

**Entre a miscigenação e a multirracialização:
brasileiros negros ou negros brasileiros? Os desafios do movimento
negro brasileiro no período de valorização nacionalista**

Prof. Dra. Laiana Lannes.

O tema desta pesquisa diz respeito às estratégias, discursos e práticas de duas entidades representativas do denominado “movimento negro brasileiro”, no período entre 1930 e 1950, a Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro. A pesquisa buscou identificar as mudanças e as permanências das estratégias adotadas por essas duas instituições e, complementarmente, procurou analisar como essas ações interferiram e interferem na construção do paradigma racial brasileiro. Buscou-se nas fontes respostas, apresentadas por cada uma dessas organizações, para duas questões centrais: **qual a origem dos problemas dos negros brasileiros e quais são as soluções para esses problemas?**

No período entre 1930 e 1950 a aliança nacionalista ainda se apresentava hegemônica. O grande desafio das lideranças e dos intelectuais envolvidos, portanto, era acomodar a denúncia e a luta contra o preconceito e a recriação das precárias condições sócio-econômicas dos negros com o pacto nacionalista fundamentado no ideal da democracia racial. A pesquisa visa identificar **quais foram as saídas encontradas pelas lideranças e intelectuais desse período na tentativa de incentivar a valorização racial, as denúncias e as reivindicações, sem abandonar ou negar a valorização nacionalista, alimentada em grande parte pelo reconhecimento do caráter harmônico das relações raciais brasileiras.**

A organização da Frente Negra Brasileira marca um momento de inflexão na trajetória de luta dos brasileiros negros e mestiços. Apesar da existência de associações e jornais organizados por afro-descendentes, apenas em 1931, com a FNB, é possível identificar a reunião de diversas lideranças e a formação de um grupo político organizado burocraticamente. No conjunto dessas lideranças, verificamos um crescente processo de elaboração de uma consciência dos problemas vivenciados pelos negros após a abolição, e, consecutivamente, o interesse em discutir esses problemas e ampliar esse debate, buscando respostas e soluções.

A luta principal travada naquele momento era reunir o maior número possível de pessoas interessadas em criar e manter uma organização capaz de aglutinar e conscientizar os negros. Tornava-se imperativo ir além das ações beneficentes e recreativas, impulsionando uma luta política e uma mudança comportamental que visasse não apenas uma inversão valorativa da figura do negro frente à sociedade como um todo, mas, sobretudo, a valorização

do negro pelo próprio negro. Com a Frente Negra verificamos a ação de um movimento social que possuía como objetivos centrais: a luta pela valorização da população negra; pelo reconhecimento da sua importância na trajetória de desenvolvimento econômico e cultural brasileiro; assim como pela emancipação e integração plena desse grupo na sociedade.

O surgimento de uma frente política voltada para defender os interesses dos negros ocorre paralelamente ao incentivo, desenvolvimento e fortalecimento de laços de identificação e solidariedade. Foi, portanto, nesse contexto, que se deu o início de um longo processo de busca consciente, por parte daquelas lideranças, pela afirmação e consolidação de uma identidade negra.

A consciência e identificação de uma "causa" específica dos negros, essencial à organização do movimento negro, depende e subordina-se à própria formação e consolidação de um grupo que se identifique e se reconheça como negro. Da mesma forma, seguindo uma via de mão-dupla, o processo de afirmação desse grupo avança quanto maior for a identificação e o reconhecimento dessa "causa negra". Essa dinâmica de conscientização e reconhecimento - tanto do grupo negro em si, como de uma "causa negra" - é processada durante a Primeira República, resultando, ao efetivar-se, na criação da FNB, que reuniu lideranças das diversas associações e jornais existentes em São Paulo.

O final do século XIX e o início do XX representou um momento de significativa alteração na ordem política e social brasileira. Nesse período, imediatamente posterior à abolição, desaparece da ordem legal a figura do escravo, do não-cidadão. Com a república, a distinção formal entre negros escravos, negros libertos e negros nunca antes escravizados desaparece.

Durante o Império, ser preto, pardo ou branco relacionava-se, de alguma forma, ao fato de ser livre, escravo ou liberto. Com o fim do regime escravocrata e a abolição, essas fronteiras étnico-raciais, claramente marcadas pelo status social, confundem-se, aproximando aqueles antes relativamente separados. A igualdade formal, reflexo da proclamação da República e da abolição, clarificou a desigualdade real. Se todos eram iguais, como entender a realidade brasileira e a permanência de hierarquias e barreiras que insistiam em se recriar por meio de padrões étnico-raciais? Como reverter essa realidade? Foram esses os principais questionamentos que inquietaram e motivaram os negros do início do século XX a se organizarem em prol de uma ação mais sistemática.

Nas primeiras décadas do século XX, nas associações e jornais organizados pela população negra e mestiça, o termo negro apenas aparecia como referência à aparência, à

ancestralidade. Os termos mais utilizados eram “homens de cor”, “homens pretos” e “classes de cor”.¹

Nas primeiras décadas do século XX, portanto, o termo “negro” ainda não assumia a função de elemento aglutinador de uma identidade social. Quando não havia referência ao aspecto biológico e natural, faziam uso, geralmente, de “pretos”, “homens de cor” e “classes de cor”. No entanto, é preciso salientar que, embora “negro” não fosse usado como elemento aglutinador da identidade social, e sim com um sentido estritamente biológico, inevitavelmente, contribuía para a união e normatização de um grupo que reunia os descendentes de africanos e não brancos. Enfim, embora não houvesse intenção explícita de mobilizar uma identidade social, a utilização de “raça negra” no sentido biológico contribuiu e estimulou laços de solidariedade e identidade.

A população negra e mestiça de São Paulo sofreu o choque da quantidade extraordinária de imigrantes europeus. Os efeitos dessa disputa no mundo do trabalho proporcionaram uma maior mobilização e politização das diferenças raciais, assim como um maior esforço pela consolidação de um diálogo e solidariedade coletiva. Paralelamente, as aspirações das incipientes camadas médias negras, também estimularam essa mobilização. No entanto, a organização e sistematização dessa luta não seria um processo simples, sobretudo porque neste momento há também um intenso debate político-intelectual em torno da construção de uma nova nação.

A partir, sobretudo, dos anos 1920, podemos identificar um novo sentido para “raça negra”, com um caráter mais positivo, arregimentador, distanciando-se do exclusivismo biológico. Passa a ser atribuído a essa “raça negra” um sentido histórico, de um passado comum. A mudança, contudo, é paulatina e, nesse período, todos os termos são utilizados indistintamente – preto, negro, homens de cor, classes de cor, raça negra, gente negra -, sendo muito difícil realizar afirmações conclusivas. Esta alteração, inclusive, também pode ser identificada como um reflexo das mudanças ocorridas no paradigma das ciências sociais. O racismo, característico do século XIX, vai dando espaço ao historicismo e ao culturalismo, estimulando essa alteração.

Com a FNB, os negros brasileiros, mais do que pessoas com características físicas semelhantes são pessoas com uma história comum. O passado escravocrata passa a ser o principal elemento aglutinador que sinaliza a alteridade necessária para a consolidação de uma identidade. Paradoxalmente, não há uma identificação com um passado mais remoto,

¹ Sobre a imprensa negra nas primeiras décadas do século XX ver Ferrara, Míriam.

localizado no continente africano. O que realmente os aproximava não era a origem africana, muito distante para a maioria, mas sim o passado escravista, a condição do cativo e a ausência de oportunidades.

De acordo com Antônio Sérgio Guimarães, foi o desenvolvimento da idéia de “raça” que permitiu a organização da FNB, a união, pela primeira vez, de diversas organizações negras. No entanto, o autor reconhece que, ao contrário do que aconteceu nos EUA, aqui no Brasil a “raça” foi desenvolvida paralelamente a um intenso desenvolvimento da ideologia nacionalista. Para ele, naquele contexto, a “raça negra” perdeu força frente à “raça brasileira”.²

Para os próprios integrantes do movimento negro da década de 1930, a valorização da cultura negra, a criação de instituições específicas e, até mesmo, o retorno para a África seriam ações válidas, mas para os negros norte-americanos. Estes não foram integrados, eram minoria e não faziam parte da nação. O caso brasileiro seria o oposto. As lideranças e os militantes da FNB aderiram completamente ao nacionalismo, adotando como principal estratégia de luta em prol da integração a recusa dos valores e práticas identificadas como de origem exclusivamente africana. Aderem à cultura nacional dominante, incorporando os valores proclamados pelos grupos hegemônicos.

Contudo, a liderança fretenegrina não abandona plenamente o racismo. Em vários momentos, permanece utilizando “raça negra” com um significado biológico, como um grupo com características naturais semelhantes. Paralelamente, ao absorver as críticas realizadas aos hábitos e culturas de origem africana, acabam por adotar um comportamento “puritano”, ratificando e fortalecendo, indiretamente, o argumento racista.

No entanto, as mudanças também são anunciadas. A valorização do trabalho do negro como o principal responsável pelo desenvolvimento nacional é a principal estratégia de integração. Simbolicamente, significa reconhecer que o negro é parte legítima da nação brasileira. O racismo e o preconceito, de acordo com essa interpretação, representariam um atentado à nação. Esta estratégia integracionista e nacionalista teria dificultado a consolidação de uma identidade definida exclusivamente por critérios raciais.

A construção de uma cultura mestiça, colocada em prática pelo Estado varguista e pelos intelectuais modernistas, foi incorporada e propagada pela própria liderança do movimento negro. O modernismo brasileiro, através da incorporação de elementos culturais característicos dos afro-descendentes, defendeu uma cultura nacional híbrida e sincrética. A

² Guimarães, Antônio Sérgio Alfredo. Intelectuais Negros e Modernidade no Brasil. In: www.fflch.usp.br/sociologia/asg. (consultado em julho de 2008).

antropofagia modernista fez uso de diversos elementos, definindo-os como populares e nacionais. Há o reconhecimento de acentos africanos, mas a cultura é nacional.

Os elementos selecionados não foram arbitrários, ao contrário, foram buscados em valores e tradições previamente existentes. O contexto pós-abolição e republicano foi de intenso debate e de posicionamento frente à questão nacional. Pensar no Brasil e no povo brasileiro sem enfrentar a diversidade racial seria impossível. Ao lado das teorias racistas, crescia cada vez mais a valorização de uma homogeneidade nacional forjada através da união dos diversos elementos formadores do país.

Enfim, a cultura histórica selecionada por parte significativa dos intelectuais do início do século e, paralelamente, incorporada pela liderança do movimento negro do mesmo período, valorizava a peculiaridade da formação social brasileira e atribuía qualidades positivas à miscigenação.

Apesar de características e posturas políticas posteriormente identificadas como equivocadas (como, por exemplo, a defesa do autoritarismo e o oficialismo da instituição), a Frente Negra Brasileira possuía um projeto bem estruturado de auxiliar negros e mulatos a se integrarem de forma digna na nova sociedade urbana e industrial que começava a se configurar. Quando defendiam uma raça nacional, admitiam que no Brasil esse tipo racial jamais seria “puro”, ao contrário, sempre seria miscigenado, formado pela união positiva de brancos, índios e negros, assim como representavam em sua bandeira. Na verdade, a defesa desse “tipo” brasileiro, nada mais era do que uma das faces do nacionalismo, também tão exaltado nesta década.

Entre as estratégias que mais chamam a atenção está a ausência de um certo paternalismo que vitimasse o indivíduo. A Frente Negra, apesar de reconhecer que o passado escravista deixara marcas definitivas, sempre buscou incentivar os negros a olhar para frente, para o futuro. Analisavam a estrutura escravocrata, mas este não estava entre os pontos centrais de discussão ou de ação. O objetivo principal e primeiro era estimular a educação e a auto-estima, incentivando o esforço individual e responsabilizando os próprios negros no caminho de superação do estado marginal em que a maioria vivia. Lutavam e reivindicavam ações do governo, todavia acreditavam que uma mudança de postura individual era essencial e facilitaria muito na concessão das justas reclamações.

Buscavam integração e acreditavam que ela viria com uma mudança completa no cotidiano de cada um. A mudança passaria, necessariamente, pela educação, abandono do alcoolismo e da prostituição, acesso à cultura pela qual se pode pagar e, principalmente, uma casa digna, com uma sólida estrutura familiar. Apesar de criarem toda uma estrutura de

auxílio, valorizavam a auto-estima do negro, afirmando sempre que são tão capazes quanto os brancos em todas as atividades, inclusive nas intelectuais.

Para os frentenegrinos os brasileiros eram mestiços, miscigenados e de todas as cores. A mãe não era a África e sim o Brasil. A construção do grupo negro no país não deveria se reportar a origens exógenas. Antes de serem negros, brancos ou mulatos eram, acima de tudo, todos brasileiros e com direitos iguais. Para alguns, o Brasil deveria ser branco, para outros, mestiço. Nos anos 1930, para muitos intelectuais, assim como para a FNB, o povo brasileiro era mestiço. Essa era a verdadeira Raça Nacional.

A FNB já identificava no negro o principal elemento formador do povo brasileiro. No entanto, é a partir dos anos 1940, com Guerreiro Ramos, que o brasileiro é classificado como negro. Todavia, esse negro não se refere à raça ou a cor, seria muito mais um lugar, um topo, no qual o brasileiro deveria se colocar. Essa seria uma nova estratégia no campo nacionalista na luta pela integração. Segundo Ramos, não deveríamos identificar e solucionar o problema do negro, mas sim o problema do povo brasileiro.

O jornal Quilombo - publicado pelo TEN -, especialmente a coluna “Democracia Racial”, atesta a permanência da aludida aliança nacionalista. Mas nessa época (década de 1940 e 1950), já é possível identificar uma maior participação de intelectuais brancos e negros (a *intelligentia negra*) nesse debate, o início de um diálogo pan-africano e uma incipiente valorização de uma cultura negra, paralelamente à valorização da cultura nacional.

Não havia ainda - no TEN - a consciência, a idealização de uma cultura negra separada, mas havia sim a valorização de heranças africanas. No Quilombo, o reconhecimento positivo da herança africana não era indiscriminado e as sobrevivências intocadas, identificadas como primitivas, permaneciam rejeitadas e passíveis de superação. As lideranças continuavam defendendo um processo de reeducação da população negra e o abandono de um comportamento classificado como pré-lógico. Há o reconhecimento de uma especificidade positiva nas relações raciais no Brasil, mas luta-se pela concretização de uma plena democracia racial. Mesmo com o intercâmbio com outras realidades, o nacionalismo, ainda forte, era um obstáculo à formação de uma identidade racial pan-africana.

A negritude esboçada pela liderança do TEN está subjugada à nacionalidade brasileira, na medida em que representa não uma valorização da África, mas o reconhecimento das qualidades da população negra inserida no corpo nacional.

A segunda fase do movimento negro brasileiro, como indicado na apresentação, sugere um momento de maior tensão entre a exaltação do ideal de uma Nação mestiça, característica dos anos 1930, e o enfrentamento e desvalorização deste mesmo ideal, a partir,

principalmente, da década de 1970, revelando a opção pela exaltação de identidades raciais. Na análise do jornal Quilombo podemos perceber a todo o momento indícios tanto de rupturas como de continuidades. Da mesma forma, a abertura e o encerramento do I Congresso do Negro Brasileiro revelam as mesmas características e tensões.

Os paradoxos, característicos desses momentos, estão permanentemente presentes. O indício mais marcante de permanência das décadas anteriores, e que será radicalmente modificada pós 1970, é o reconhecimento da peculiaridade brasileira no que se refere às relações raciais harmônicas. A identificação da democracia racial, da tolerância e da virtuosa mestiçagem como exemplo para o mundo ainda fazia parte das características nacionais exaltadas pelo movimento negro de meados do século XX. Assim como a Frente Negra Brasileira, os líderes do Teatro Experimental do Negro acreditavam que as discriminações eram residuais e decorriam, em sua maioria, do pouco tempo de “emancipação”, responsável, por sua vez, pela falta de preparo educacional e, conseqüentemente, pela falta de oportunidades.

Nos anos 1950 ainda estava longe o tempo em que Gilberto Freyre seria acusado de hipócrita, guardião dos interesses de uma elite branca e inspirador maior de um jeito muito brasileiro de ser racista - camuflado, covarde, insidioso. Na verdade, suas teses foram veiculadas na inauguração de um jornal do movimento negro empenhado na luta contra o racismo, o preconceito de cor e a desvalorização e segregação de pretos e pardos.

Se o racismo não era reconhecido como o problema principal, a superação da desigualdade passaria por um esforço dos próprios negros, que seriam os principais responsáveis pelo “adestramento em estilos superiores de comportamento”. Embora considerassem a escravidão um problema superado, identificavam a realidade histórica como a responsável pelos problemas dos negros, que somente seriam resolvidos com educação.

A FNB e o TEN possuem muitas semelhanças, revelando muito mais permanências do que rupturas. Primeiramente, ambas, embora denunciando atitudes residuais de práticas preconceituosas, reafirmavam a crença na singularidade positiva das relações raciais brasileiras. A afirmação do caráter fraternal e harmônico dos contatos raciais no país não significava ignorar que muito havia por fazer e mudar. Mas a escravidão, percebida como a origem das dificuldades no passado, não absolvía nem devia conferir privilégios a nenhum indivíduo no presente. A escolha era resolver os problemas atuais com o olhar para o futuro.

Os problemas atuais, embora reflexo de séculos de regime escravocrata, poderiam ser resolvidos com a ajuda do governo, mas, sobretudo, por uma mudança comportamental dos próprios indivíduos. Para as lideranças da FNB e do TEN, as marcas da escravidão teriam dificultado a adaptação dos negros ao novo modo de vida no pós-abolição. Caberia, portanto,

a uma “elite”, a uma “*intelligentzia*” negra conduzir a “massa” rumo a um processo de “reeducação e adestramento comportamental”, capaz de efetivar uma verdadeira elevação moral e material do negro brasileiro.

Internamente, a estratégia para conquistar esse adestramento comportamental seria o desenvolvimento de uma série de atividades educativas (cursos de alfabetização, profissionalizantes, atividades esportivas, teatro etc) e de elevação da auto-estima. Paralelamente, e visando atingir também um público externo, desenvolvia-se um discurso de afirmação do negro como o principal elemento do corpo social brasileiro. Essa postura orgânica incorporava o projeto de Brasil mestiço e denunciava as atitudes preconceituosas e a desvalorização do negro brasileiro como uma atitude anti-nacional, de traição à Pátria.

O desenvolvimento das ciências sociais no Brasil vai influenciar bastante no movimento negro, cujas estratégias e práticas passam a ser teorizadas e justificadas no meio acadêmico, num diálogo estreito com as lideranças do TEN. Essas lideranças, apesar de todas as semelhanças com a geração anterior, reconheciam a existência de um “problema racial” que deveria ser resolvido também pela “reeducação dos brancos”. Criticavam a estética da brancura e defendiam um amadurecimento e um maior engajamento nos assuntos políticos, principalmente naqueles que se referiam diretamente à questão racial como, por exemplo, as políticas públicas de inclusão (estudantes pensionistas) e as leis contra crimes de discriminação. Embora ainda de forma tímida, passaram a valorizar a cultura de origem africana, a negritude e a adotar uma postura diaspórica, cultivando laços de identidade e solidariedade com lideranças negras norte-americanas.

Se, partindo da análise de seus próprios termos, qualificarmos os fretenegrinos de **brasileiros negros**, podemos dizer que os militantes de meados do século XX, envolvidos com o Teatro Experimental do Negro, se concebiam como **negros brasileiros**. O chamado mito da “democracia racial” brasileira foi endossado e ganhou abrangência com apoio da própria liderança do movimento negro até a década de 1960. A valorização nacionalista permanece, mas, a meu ver, inicia-se neste momento um processo de supervalorização da condição étnica em detrimento da brasilidade consolidada e exaltada nos anos 1930 e ainda presente em 1950. Esse processo só irá se acentuar no decorrer da década de 1970, desencadeando, no terceiro momento, a idéia de “**100% negro**”. Entre os diversos projetos, o que parece ter saído vitorioso foi o mais racializado. Mais uma vez, dialogando com o contexto político internacional, sobretudo o norte-americano, o movimento negro brasileiro vai passar por uma grande transformação.